

BANCA. PLANO AGRESSIVO DE EXPANSÃO FOI DESASTROSO

**CRESCER
MUITO
PERDER
MUITO
ENCOLHER
MUITO
COMO A CAIXA
QUEIMOU
MILHÕES EM
ESPANHA**

Um *bad bank*, mais de 1.000 milhões de prejuízo e uma reestruturação profunda imposta por Bruxelas. Assim terminou a aventura espanhola, lançada por Carlos Costa e Faria de Oliveira, um negócio ruinoso que ajudou a afundar o banco público. Por **Bruno Faria Lopes**

A administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) vai poder dar uma boa notícia rara quando apresentar no próximo mês os resultados do primeiro semestre: a sucursal em Espanha só perdeu 704 mil euros, muito menos do que os 30 milhões vaporizados no primeiro semestre do ano passado. Pela primeira vez desde 2008 há a expectativa na Caixa de que este ano o banco público não perca dinheiro em Espanha. Prestes a receber mais uma injeção de dinheiro dos contribuintes (que pode levar à venda da operação espanhola) e a ser alvo de uma comissão parlamentar de inquérito, faz sentido a pergunta: quanto dinheiro perdeu, ao todo, o banco público na sua aposta em Espanha?

Em teoria, a resposta deveria ser simples: bastaria contabilizar os prejuízos desde 2008 com a operação espanhola, um grande bolo de 570 milhões de euros. A realidade – moldada pela forma opaca como foram sendo tratados os créditos problemáticos – é mais complexa. “Ninguém sabe ao certo quanto perdeu a CGD em Espanha”, admite um ex-administrador do banco, numa opinião partilhada por outras fontes ligadas à instituição e contactadas pela **SÁBADO**. Uma soma preliminar dos prejuízos e dos custos em que a casa-mãe incorreu para subsidiar a operação espanhola oferece uma conclusão preliminar: a Caixa terá perdido no mínimo 800 milhões de euros no que terá sido um dos passos mais desastrosos na sua história. Mas várias fontes referem que 1.000 milhões em perdas é uma estimativa “conservadora”.

A grandeza dos números – a par da história que conduziu a este resultado – mostra que, apesar de concentrarem menos atenção mediática, as operações em Espanha são cruciais para explicar a actual situação financeira da Caixa. Apesar de outros negócios feitos pelo banco público serem mais polémicos – como o envolvimento na guerra pelo controlo do BCP –, dificilmente algum atinge perdas desta dimensão.

O grande salto dado pelo banco em 2005 em Espanha – executado inicialmente pela equipa de Faria de Oliveira, hoje presidente da Associação Portuguesa de Bancos, com envolvimento do administrador para a área internacional Carlos Costa, actual governador do Banco de Portugal – reforça também a tese de quem considera que o problema principal da Caixa está no modelo de negócio distorcido por um período prolongado de taxas de juro baixas e nos ciclos de vida curtos de administrações cons-

AS OPERAÇÕES EM ESPANHA SÃO CRUCIAIS PARA EXPLICAR A ACTUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CAIXA

La Seda: outro caso em Espanha

Empresa catalã tinha como vice-presidente o marido de Elisa Ferreira

Um dos casos mais problemáticos da Caixa em Espanha é o financiamento à empresa química catalã La Seda, um crédito gerido a partir de Portugal e não pela operação espanhola. Há a exposição de 476,5 milhões de euros a crédito concedido à Artlant (detido em 40% pela La Seda) para a construção de um grande projecto industrial em Sines e 214 milhões de euros em perdas. A Caixa foi prejudicada na La Seda por outra via: como accionista. Acompanhou em 2006 o grupo Imatosgil na entrada no capital da La Seda, então em forte expansão. A La Seda tinha como vice-presidente **Fernando Freire de Sousa** (hoje na presidência da Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), ex-secretário de Estado de António Guterres (e marido da socialista Elisa Ferreira, vice-governadora do Banco de Portugal).



Outros negócios polémicos

Os casos concentram-se entre 2005 e 2010

PPPs

A Caixa foi a grande financiadora de infra-estruturas. PPPs e concessões rodoviárias geraram perdas significativas. Duas concessões (A17 e a Douro Litoral) causaram prejuízos de 200 milhões de euros



tituídas em parte por não peritos em banca, ligados politicamente ao bloco central.

Entre 2005 e 2007 a Caixa triplicou a actividade em Espanha para mais tarde, sob o plano de reestruturação imposto pela Comissão Europeia, ver a operação profundamente reduzida. Pelo meio houve 296 milhões de euros investidos em aumentos de capital, 1,6 mil milhões de euros em créditos em risco transferidos da filial espanhola, o Banco Caixa Geral, para a sucursal espanhola – transformada em “banco mau” quando ainda não se falava em “bancos maus” – uma linha de financiamento de emergência que chegou a 4 mil milhões de euros e apostas em grupos industriais (como a Pescanova) que implicaram perdas avultadas não só em Espanha, mas na operação da Caixa em Portugal. Tudo começou na concretização de um desejo antigo.

O plano “2x3x2”

“Temos três prioridades em matéria de política exterior: Espanha, Espanha, Espanha.” Estamos a 10 de Abril de 2005 e o recém-eleito primeiro-ministro José Sócrates fixa um objectivo claro numa entrevista ao jornal *El*

O filme da Caixa em Espanha

O desejo político e da gestão do banco público de entrar no país é antigo – e foi consensual



Para onde foram depois de Espanha

A maior parte dos administradores que estiveram no início da expansão ocupam hoje cargos internacionais na Caixa. Outros subiram mais alto, como é o caso de Carlos Costa. Vários tiveram influência na forma como a Caixa tratou as perdas

Fonte SABADO R.S.



► País: “As empresas portuguesas têm de conseguir uma presença maior do outro lado da fronteira.” O “objectivo Espanha”, contudo, não nasce com José Sócrates – há muito que diferentes governos e administrações da Caixa olhavam para o outro lado da fronteira.

A motivação-base invocada foi a mesma ao longo do tempo: era preciso estar onde estivessem portugueses e empresas portuguesas. Em 1991, com Rui Vilar na liderança – hoje nomeado administrador não executivo da Caixa –, o banco público comprou a rede de seis agências do Chase Manhattan em Madrid e uma instituição regional, o Banco de Extremadura (com 40 agências). Em 1995, a Caixa atirou mais alto e adquiriu o banco galego Simeón. O proteccionismo espanhol, que tinha gorado investidas anteriores em Espanha, foi ultrapassado pela ligação pessoal que o então administrador António Vieira Monteiro – hoje presidente do Santander/Totta – forjou com o histórico presidente da Galiza, Manuel Fraga Iribarne. (“Vieira Monteiro conhecia toda a gente, era o banqueiro de Rui Vilar”, conta um ex-director da instituição bancária.) Já em 2003, com António de Sousa a presidir, a CGD falhou duas tentativas de compra: a dos bancos Zaragozano e Atlantico.

Esta limitação do crescimento por via das aquisições convence os responsáveis políticos e da Caixa (já na administração de Vítor Martins) de que a estratégia tem de ser outra: desenvolver o negócio que se tem na mão. “O mercado espanhol não é fácil para aquisições, decidimos não ficar à espera”, afirma em Outubro de 2005 Carlos Costa. “A Caixa fez a análise da situação do Simeón e suas perspectivas. Fez um *business plan* que nos deu a indicação de apostar no Simeón”, diz numa conferência de imprensa sobre a estratégia para Espanha. O *business plan* é, na essência, feito pela consultora Roland Berger.

“O trabalho de fundo foi da consultora e o conselho de administração em Espanha elaborou em cima disso”, explica uma fonte ligada à administração do banco. A ideia, continua a mesma fonte, não era apenas apoiar as empresas portuguesas num mercado proteccionista – era



MANUEL MOREIRA.COM

► Sócrates elegeu Espanha como prioridade, Santos Ferreira liderou a Caixa durante a expansão



FEDRO CATARINOVIC



Cimpor

A Caixa ficou accionista por execução de uma garantia a Manuel Fino e recusou vender durante uma guerra pela Cimpor. Venderia mais tarde, por menos valor



ECONOMISTAS ESPANHÓIS FALAVAM DE UMA BOMBA-RELÓGIO MAS PORTUGAL IGNOROU O AVISO

► Outubro de 2005: Carlos Costa e Faria de Oliveira lideram a apresentação do plano estratégico para Espanha

também tentar um contra-ataque à presença espanhola na banca em Portugal. Entre a Caixa e o Banco Espírito Santo, a presença portuguesa valia 0,5% de quota de mercado – Espanha tinha 15% em Portugal.

O plano da equipa dirigida por Carlos Costa e Faria de Almeida era ambicioso e apelidado de “2x3x2” pela gestão da Caixa. Entre 2005 e 2010, o Simeón (que agrupava os três bancos da CGD em Espanha) teria de duplicar o número de clientes, triplicar os activos sob gestão e duplicar o balanço. Seriam abertas mais 125 agências, para um total de 300. Para isto, o banco público investe 250 milhões de euros num aumento de capital na operação em Espanha (os minoritários põem 25 milhões). Estancam as perdas do Simeón – cerca de 12 milhões em 2004, quase 20 milhões em 2005 – é a primeira fase do plano. Depois, crescer. “Queremos gerar valor de 350 milhões de euros para 275 milhões de euros de investimento”, adiantava Carlos Costa. A história será diferente.

Fazer figura num mercado aquecido

Quando a Caixa, então liderada por Vítor Martins, decide dar o salto, Espanha é, juntamente com a Irlanda, um caso de sucesso na zona euro. A economia cresce, o desemprego cai para mínimos em democracia, as contas públicas estão equilibradas, os gigantes espanhóis (Telefonica, Ferrovial, Santander) tornam-se globais. Na origem do crescimento estão os negócios da construção e do imobiliário, alimentados por um período de taxas de juro baixas e por uma concorrência intensa entre bancos.

Nos oito anos que antecedem a aposta da Caixa em Espanha, o índice de preços da habitação subira 145%, noticia a Economist Intelligence Unit em 2005. A publicação irmã, a *The Economist*, avisara em 2003 para uma sobreavaliação de 52% no preço das casas, valor que o FMI colocaria entre 20% e 30% em 2007. Mas, em Espanha, são poucos os avisos sobre a potencial insustentabilidade do “milagre espanhol” – o Banco de Espanha faz algumas referências ao sobreaquecimento do imobiliário e economistas influentes, como José García-Montalvo, alertam para uma sobrevalorização de 30% do preço da habitação, falando de uma “bomba-relógio à espera de ser detonada”. Da política à banca espanhola ninguém admite a existência de uma bolha – em Portugal também ninguém fala disso. “Não ouvi uma voz contra o projecto em Espanha”, diz um ex-administrador.





◀ Cavaco Silva com a equipa dirigente em Espanha, em 2006 - a expansão era apoiada politicamente

▣ Os bancos competem ferozmente por projectos e por clientes – e é neste ambiente que arranca a expansão do Simeón entretanto rebaptizado Banco Caixa Geral. “A Caixa já entrou tarde na bolha imobiliária e fez o que era mais fácil para crescer, expondo-se ao imobiliário e a grandes projectos de infra-estruturas”, considera um ex-administrador. Um ex-director da instituição afirma que era “fácil fazer figura num mercado aquecido”. E há quem ponha em causa toda a estratégia trabalhada pela Caixa e pela Roland Berger. “Num mercado maduro como Espanha não faz sentido crescer pela via orgânica”, afirma outro ex-administrador. “No retalho [balcões] era impossível crescer àquele ritmo e por isso precisaram de atirar a operações maiores”, acrescenta.

Só entre 2005 e 2007 a Caixa praticamente triplica o activo total sob gestão, de 2,6 para 7,6 mil milhões de euros, cumprindo em dois anos o objectivo traçado para cinco. O controlo feito pela casa-mãe era posterior à tomada de decisões – a gestão da operação espanhola em Madrid gozava de grande autonomia.

Faria de Oliveira fica como *chairman*, menos executivo, e a Caixa contrata um espanhol vindo do Barclays em Espanha, Manuel López Figueroa, para administrador-executivo. De Lisboa, Faria de Oliveira leva consigo três administradores: Rodolfo Lavrador (ex-chefe de gabinete de António Guterres), Pedro Cardoso e Rui Soares. Carlos Costa, como administrador para a área internacional da Caixa, e presidente do Banco Caixa Geral até 2005, acompanha boa parte desta fase de intensa expansão.

O crescimento forte assenta na actividade de banca de retalho – não na propalada missão de apoio a empresas portuguesas –, mas também nos *project finance* (financiamentos de longo prazo para a construção de infra-estruturas) e outras operações conseguidas pelo braço de banca de investimento da Caixa, o Caixa BI liderado por Jorge Tomé (mais tarde presidente do Baniif). Era Sérgio Monteiro, que transitará para o governo de Passos Coelho e em 2015 para consultor para a venda do Novo Banco, o responsável pela área de *project finance* (a partir de 2008). “O interesse estratégico para Portugal era questionável, mas era o que se fazia na altura”, admite um ex-

-administrador. “Foi também um produto daquela era”, admite outro ex-administrador, familiarizado com este negócio.

Com a justificação de ir a jogo em operações de maior volume, a Caixa abre em 2007 uma sucursal em Madrid, que consolida directamente com a casa-mãe em Portugal (os resultados entram directamente nas contas da CGD) e funciona paralelamente à filial, o Banco Caixa Geral. Nos relatórios e contas é justificada como “uma plataforma operacional para operações de maior dimensão”. Mas logo em 2007 a sucursal passa a ser importante para outro fim: a gestão dos prejuízos.



Vale de Lobo

Negócio imobiliário de 2006 valeu 138 milhões em perdas e está a ser investigado na operação Marquês

Pescanova

É fonte de prejuízo na operação em Espanha, mas também em Portugal, onde abriu uma fábrica em 2009, que já significou perder 28 milhões



“O INTERESSE ESTRATÉGICO PARA PORTUGAL ERA QUESTIONÁVEL”, ADMITE UM EX-ADMINISTRADOR

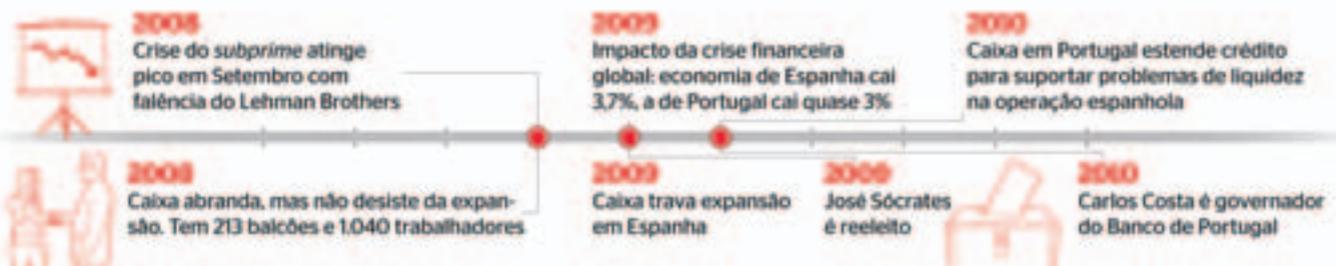
O banco mau espanhol

Os sinais de fim da bolha vão-se acumulando e, no Verão de 2007, a crise financeira mundial dá o tiro de partida – o gigante francês BNP Paribas congela o dinheiro dos investidores em dois dos seus fundos por não conseguir avaliar o que está lá dentro (tranches de empréstimos hipotecários *subprime*, ou de baixa qualidade). O mercado de crédito interbancário (que os bancos usam para se financiarem entre si) trava a fundo e os maiores bancos centrais do mundo coordenam-se para injectarem grandes quantidades de liquidez no sistema bancário. Em Espanha, os preços da habitação e a construção abran-

Salários criticados

Administrador-executivo em Espanha ganhava 39 mil euros por mês

Os salários nas sucursais da Caixa no estrangeiro são alvo de críticas por ex-administradores ouvidos pela **SÁBADO** – e foram alvo de um requerimento, em 2012, de um deputado do PSD, Duarte Marques. Na resposta das Finanças ao requerimento foram divulgados salários dos dirigentes em Espanha – Manuel López Figueroa, por exemplo, no Banco Caixa Geral desde o início da expansão em 2005, recebia 39 mil euros por mês (470 mil euros anuais). Espanha não é caso único. Em Macau, Pedro Cardoso (que passou como administrador por Espanha) **recebia 313 mil euros por ano**, mais prémios e um conjunto de regalias. “No Brasil a situação era ainda mais grave”, conta um ex-administrador da Caixa, sem adiantar mais detalhes.





Destaque



dam em 2007 – o primeiro-ministro José Luis Zapatero fala em “aterragem suave”.

O “primeiro impacto do aperto de liquidez senti-se logo em 2007” no negócio da Caixa em Espanha, conta um ex-administrador da operação espanhola. É nesse ano que a gestão do Banco Caixa Geral começa a passar créditos para a sucursal (que está fora da alçada do regulador espanhol) registando só aí as perdas. Logo em 2007 são passados 100 milhões de euros. As contas do Banco Caixa Geral são, assim, embelezadas, preservando a imagem do banco que continua a apresentar lucros e evitando exigências de aumentos de capital por parte do regulador espanhol – as perdas acabam na mesma por ser assumidas pela Caixa, diluídas no universo do banco, então dirigida por Carlos Santos Ferreira e Armando Vara.

Até ao fim de 2011 serão passados cerca de 500 milhões de euros em créditos problemáticos para a sucursal, mais de metade relativas a grandes operações de financiamento empresarial. Um ex-responsável pelo Caixa BI nega a tese de ex-administradores ligados a Espanha, segundo a qual estas perdas são originadas por esse ramo da Caixa. “Houve três ou quatro operações que correram mal, mas o grosso é banca comercial”, afirma.

No fim de 2007 Carlos Santos Ferreira e Armando Vara saem da liderança da Caixa em Portugal (transitam para o BCP pela mão dos accionistas que a Caixa financiou durante a guerra pelo poder naquele banco privado, outro dos negócios ruins da CGD). Faria de Oliveira é convidado por Teixeira dos Santos para liderar o banco em Portugal. O ministro destaca que a escolha representa uma “solução de continuidade” por um “homem competente” e “que conhece bem a instituição” – e afasta alegações de que seja para equilibrar o peso do PS na banca com uma figura do PSD (Luís Filipe Menezes, líder laranja, tinha reivindicado um presidente da Caixa do PSD).

Faria de Oliveira leva para Lisboa dois administradores: Rodolfo Lavrador e Pedro Cardoso. Em representação do accionista Caixa, Francisco Bandeira (que iria gerir o BPN) primeiro e Rodolfo Lavrador a seguir seriam os presidentes. O presidente-executivo “passava a ser o espanhol Manuel Figueroa, Rui Soares e Gonzalo Puig continuam e entra João Nuno Palma (que fica até 2010).

Vários dos responsáveis de topo da Caixa em Espanha



A sede em Madrid. A Caixa cresceu em Espanha, mas o banco continuou a ser um pequeno competidor



Imobiliário

A Caixa não escapou a uma exposição exagerada ao mercado imobiliário – via crédito à habitação e financiamento de projectos e empresas do ramo – após um longo ciclo de juros baixos



QUEM LIDOU COM O BURACO FOI QUEM O CRIOU, DIZEM FONTES NUMA ALUSÃO A FARIA DE OLIVEIRA



A administração de José de Matos reestruturou o negócio em Espanha por imposição de Bruxelas

durante a expansão voltam, mais tarde, a ter influência directa ou indirecta na reestruturação das operações e na limpeza dos créditos problemáticos – Faria de Oliveira, Rodolfo Lavrador e Pedro Cardoso, na administração da casa-mãe; João Nuno Palma, que a partir de 2013 entra para a administração de José de Matos como director financeiro e fica responsável por acompanhar a reestruturação em Espanha imposta por Bruxelas; e até Francisco Bandeira, contratado em 2013 para reestruturar a operação da Caixa em Espanha (o que motivou queixas por parte do PSD, que questionava o papel do gestor nomeado pela Caixa para o BPN).

Alguns dos ex-administradores e técnicos ouvidos pela SÁBADO consideram que quem lidou com o buraco foi quem o criou – e que a sucursal foi importante para diluir na Caixa o preço de erros em Espanha (houve créditos agrupados em carteiras e tirados para outras geografias do grupo, sabe a SÁBADO). Um ex-dirigente da Caixa em Espanha nega essa tese: “A responsabilidade de resolvermos problemas em que estávamos envolvidos era acrescida.” Faria de Oliveira não esteve disponível para comentar, nem alguém da actual administração.

Do subsídio de Lisboa à reestruturação

Em 2008 rebenta de vez a crise mundial do *subprime* e a conjuntura global deteriora-se. Espanha, com a economia pendurada em sectores endividados como construção e imobiliário, sofre o impacto. A banca está na linha da frente. Com o agravamento da situação – também em Portugal – o Banco Caixa Geral “mantém embora de forma mais moderada os planos [de expansão] aprovados então [2005]”, lê-se no relatório e contas de 2008. Nesse ano a Caixa ainda abre seis novos balcões em Espanha e aumenta em 13,4% o crédito concedido a clientes.

É só em 2009 que a Caixa decide congelar a expansão. “Em resultado da conjuntura recessiva resultante da crise financeira internacional, o BCG suspendeu, por ora, o seu plano de expansão da rede de negócio, tendo termina-



SERGIO LEMOS/CM



do o ano com 211 agências, menos duas do que em 2008”, indica o relatório e contas de 2009 da Caixa. Porém, mantém “o objectivo de atingir uma presença mais expressiva em Espanha”.

A partir de 2010, com o enorme desequilíbrio entre créditos concedidos e depósitos, a ser agravado pelas más condições no mercado interbancário, a operação em Espanha passa a contar com financiamento da Caixa em Lisboa. A linha de crédito é um subsídio concedido pela Caixa – um ex-administrador estima que a linha de 4.000 milhões de euros tenha custado anualmente cerca de 80 milhões de euros em juros. Esteve activa durante cerca de três anos – o bolo em redor de 240 milhões de euros soma aos prejuízos da Caixa em Espanha (570 milhões entre 2008 e 2015) como custo para o banco público, superando 800 milhões de euros. Os reguladores em Espanha e em Portugal (Carlos Costa é nomeado governador em meados de 2010) não levantaram problemas à subsidição, nem à passagem de créditos problemáticos da filial para a sucursal.

Quando a troika entra em Portugal em 2011, a degradação profunda da conjuntura leva a Caixa a apresentar em 2012 um plano de recapitalização de 1.65 mil milhões de euros. A Comissão Europeia aceita, mas impõe uma reestruturação na Caixa, incluindo nas

Comissão de inquérito

Vários administradores em Espanha fora da lista dos chamados para as audições

As listas de nomes para audição na comissão parlamentar de inquérito à gestão da Caixa desde 2000 incluem dezenas de nomes. Só o PSD vai já em 53 pessoas, incluindo reguladores, ex-ministros das Finanças, ex-administradores da Caixa, entre outros. **Sobre o negócio de Espanha há várias ausências:** Faria de Oliveira é chamado mas no papel de presidente da Caixa a partir de 2008; Carlos Costa é chamado mas como Governador do Banco de Portugal; vários dos administradores em Espanha (como Rodolfo Lavrador, Pedro Cardoso ou Rui Soares) ficaram de fora; chamado a falar sobre a operação de Espanha foi Francisco Bandeira. O PSD admite, contudo, somar nomes à lista – ou pedir novas audições à mesma pessoa.



António Domingues, o próximo líder da Caixa, não gosta do negócio em Espanha – a venda é uma hipótese em aberto



BCP

Um dos mais polémicos, de 2007: a Caixa emprestou a Manuel Fino e Joe Berardo (360 milhões) para a compra de acções do BCP. O colateral são as acções. A queda livre da cotação levou a perdas grandes. Santos Ferreira e Armando Vara entraram no BCP pela mão destes accionistas

“TIVEMOS AZAR EM TER IDO PARA ESPANHA ANTES DE REBENTAR A CRISE”, DIZ UM EX-ADMINISTRADOR

operações fora do País, com destaque para Espanha.

A Caixa começa, então, a fazer o caminho inverso do que percorreu de 2005 a 2009. Das 213 agências em 2008 passa a 110 no fim do primeiro semestre desse ano; de 1.040 trabalhadores no mesmo ano passa para metade no fim de 2015. O crédito encolhe para apenas voltar a crescer no primeiro semestre de 2016 – nos relatórios publicados, a Caixa aponta que “recentrou a sua actuação [em Espanha] no apoio a empresas espanholas e portuguesas que operam no mercado ibérico”. Enquanto na filial se corta, despede e recentra a operação, na sucursal – para onde são transferidos mais 1.000 milhões de euros em créditos problemáticos entre 2013 e 2014 – a ideia é tentar recuperar valor e vender esses activos tóxicos.

A filial Banco Caixa Geral começa a dar lucro em 2014, mas a sucursal continua a acumular perdas anuais próximas de 70 milhões de euros. No primeiro semestre deste ano, a perda de 700 mil euros a anunciar na sucursal, em conjunto com o lucro esperado da filial, permite perspectivar o primeiro ano em que Espanha não perde dinheiro. “Neste momento, a situação está completamente ultrapassada e resolvida”, afirmou o presidente cessante da CGD, José de Matos, em Fevereiro deste ano. Com a Caixa a enfrentar mais uma reestruturação – decorrente de mais uma recapitalização, ainda por fechar –, a venda da operação espanhola é agora uma hipótese em aberto. “Uma coisa pode ser vendida por não ter valor ou precisamente porque tem valor – e hoje o Banco Caixa Geral tem valor”, diz uma fonte da administração da Caixa.

A contabilização das perdas totais é um exercício complexo devido à transferência dos problemas da filial para a sucursal e à circulação de algumas perdas pelo universo da Caixa – fontes contactadas pela **SÁBADO** concordam que 1.000 milhões é um valor conservador (a que se deve somar o impacto em Portugal de créditos problemáticos a grupos espanhóis como o La Seda). Algumas dessas fontes justificam as perdas em Espanha com a dimensão da crise no país, que afectou todo o sistema bancário espanhol. “Tivemos azar em termos ido para Espanha antes de rebentar a crise”, diz um ex-administrador. “Não se pode ver esta questão de forma isolada, perdemos o mesmo que os outros”, afirma outro. E se não tivesse havido uma expansão tão agressiva em contexto de risco? “Não crescendo tanto teríamos perdido menos”, admite. □

2008

Portugal sai do programa de ajustamento. Resolução do BES meses depois

2009

Caixa necessita de novo aumento de capital, cerca de 4.000 milhões. Autoridades negociam com Europa



2010

Espanha termina o primeiro semestre com resultados globalmente positivos. Venda da operação é cenário em aberto

2011

António Costa chega a primeiro-ministro

2015

Resolução do Banif



2008

Caixa termina com metade dos trabalhadores e dos balcões que tinha em 2008, no pico da expansão